



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682488 - PB (2021/0233273-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : RAFAEL MELO ASSIS  
**ADVOGADO** : RAFAEL MELO ASSIS - PB013474  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : IRAN GOMES DA SILVA  
**OUTRO NOME** : PAULO GOMES DA SILVA  
**CORRÉU** : JOSE GLEDSON CAVALCANTE DA SILVA  
**CORRÉU** : LUCIANO JOSE DA COSTA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IRAN GOMES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 2158868-13.2021.8.26.0000).

O paciente responde a ação penal pela prática do delito previsto no art. 157 do Código Penal, tendo sido decretada a prisão preventiva.

O impetrante sustenta a necessidade de flexibilização da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, diante do constrangimento ilegal que o paciente vem sofrendo, pois a prisão preventiva foi decretada há 20 anos, determinando sua citação por edital, sem considerar que o acusado já se encontrava preso em razão de outro crime.

Aponta que não houve a reavaliação da manutenção da prisão preventiva, em flagrante excesso de prazo para formação da culpa.

Destaca a ausência de contemporaneidade dos fundamentos exarados no decreto construtivo, que careceria de fundamentação idônea e concreta, estando ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento ou a revogação da custódia cautelar do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRADO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ESTELIONATO. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO MANTIDA. AGRADO**

**REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, pois o decisum apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a negativa da liminar, uma vez ausentes os requisitos legais para sua concessão, não se evidenciando, na espécie, a plausibilidade jurídica do pedido.

2. Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal, impondo-se a aferição casuística da situação processual.

3. Não se manifesta claramente ilegal a prisão ocorrida em 21 de julho de 2020, pela imputada prática do delito de estelionato.

4. Não havendo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691 do STF, o writ deve ser indeferido liminarmente.

5. Agravo regimental improvido.

(RCD no HC 629.087/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, especialmente porque o relator consignou que (fls. 63-64):

*Tendo em vista a peculiaridade do caso, embora se possa entrever o potencial prejuízo à liberdade de locomoção do paciente, verifica-se que a análise superficial da matéria trazida à baila na exordial do writ não vislumbra o pretenso quadro límpido e adequado à concessão da liminar, não sendo constatado, de plano, o fumus boni juris do pedido.*

*[...]*

*No presente caso, não vislumbro o potencial prejuízo contra o direito do paciente (periculum in mora), como, também, a plausibilidade jurídica da tese exposta (fumus boni juris), qual seja, o excesso de prazo na formação da culpa, invocando o princípio da contemporaneidade entre o fato e a data da prisão, inexistência dos requisitos legais da preventiva, devendo ser reavaliada a prisão do paciente por meio de decisão devidamente fundamentada.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência